CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903

PROCESSO CEE Nº : 58/89 - REAUTUADO EM 13/04/92
INTERESSADA : LUCÍLIA BECHARA SANCHES
ASSUNTO : Autorização para exercer as funções de Diretor
na Escola Experimental "Vera Cruz"/Capital
RELATOR : Cons. JORGE NAGLE
PARECER CEE Nº : 1072/92 - CEPG - APROVADO EM 02/09/92

CONSELHO PLENO

1 - HISTÓRICO

1.1 Lucília Bechara Sanches dirigiu-se diretamente a este Colegiado para solicitar nova orientação sobre a sua situação.

1.2 Em seu requerimento, em síntese, expôs que:

1.2.1 pelo Parecer CEE nº 587/89, foi autorizada, em caráter excepcional, a exercer as funções de Diretor na Escola Experimental "Vera Cruz" - 13ª DE, com duas unidades, até o final do ano letivo de 1989;

1.2.2 exerceu, entretanto, a referida função até 09/06/91, quando, por cautela, Passou a direção do estabelecimento a professor devidamente habilitado;

1.2.3 é licenciada e bacharel em Matemática e portadora de suficiente experiência pedagógica;

1.2.4 recebeu o certificado de conclusão de mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 26/06/90.

1.3 Em seguida solicita:

1.3.1 seja autorizada a prorrogação de seu exercício na Direção da referida escola até 09/06/91,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 58/89

PARECER CEE Nº 1072/92

embora a Supervisora da 13ª DE "tenha homologado o Plano Escolar de 1990 no qual consta o nome da requerente como Diretora do estabelecimento";

1.3.2 seja autorizada a "retornar ao exercício das funções de Diretora", uma vez que aguarda o diploma de Mestrado a ser expedido pela Faculdade de Educação da USP, para assim solicitar o devido registro como Diretor do Estabelecimento, nos termos da Portaria nº 399/89, do MEC".

1.4 Ao seu requerimento foram anexados vários documentos, dentre os quais destacamos o Certificado expedido pela USP, da defesa de Dissertação de Mestrado.

1.5 Em 07/10/91, AT do CEE entendeu que o pedido não continha informação sobre a irregularidade de atos escolares Praticados por diretor não habilitado, no período compreendido entre 01/01/90 (quando encerrou o prazo concedido por este Colegiado, através do Parecer CEE nº 587/89) e 09/06/91 (quando assumiu a direção profissional devidamente habilitado), razão pela qual sugeriu fosse o protocolado baixado em diligência junto à 13ª DE, para as medidas cabíveis.

1.6 Conforme despacho, a 13ª DE só teve acesso ao Ofício CEE nº 1603/91, de 11/11/91, que tratava da retromencionada diligência, em 13/03/92, por ter tomado a iniciativa, junto ao próprio CEE, de verificar a tramitação do processo.

1.7 Em 14/05/92, o protocolado foi encaminhado à mesma AT, com a manifestação da Supervisão de Ensino que informa e opina que:

PROCESSO CEE Nº 58/89

PARECER CEE Nº 1072/92

1.7.1 a Escola Experimental "Vera Cruz", pelo Parecer CEE nº 861/87, enquadrou-se na categoria de experiência pedagógica;

1.7.2 a Direção vem sendo exercida alternadamente:

a) até 1988:\ Sônia Pinto de Moraes Bustamante - Diretora
/ Lucília Bechara Sanches - Vice-Diretora.

b) de 1989 a\ Lucília Bechara - Diretora
09/06/91:/ Sônia Pinto M. Bustamante - Vice

c) a partir \ Sônia Pinto M. Bustamante - Diretora
de 10/06/91:/ Lucília Bechara Sanches - Vice

1.7.3 as alterações retromencionadas não comprometeram o projeto pedagógico;

1.7.4 no período em que a professora Lucília Bechara Sanches respondeu pela direção, seu trabalho transcorreu de forma competente.

2 - APRECIÇÃO

2.1 O presente protocolado envolve duas questões:

2.1.1 pedido da interessada, no sentido de ser autorizada a retornar ao exercício das funções de Diretora junto à Escola Experimental "Vera Cruz".

Quanto a este assunto, há que se considerar a legislação pertinente:

PROCESSO CEE Nº 58/89

PARECER CEE Nº 1072/92

a) a Lei nº 5540/68 prescreve, no seu artigo 3º, que a formação de especialista em administração escolar far-se-á em nível superior;

b) a Resolução CFE nº 2, de 12/05/69, oriunda do Parecer CEE nº 252/69, por sua vez, determina para o exercício das funções de diretor da escola a licenciatura em Pedagogia com habilitações específicas em Administração Escolar;

c) o artigo 40 da Lei nº 5692/71 estabelece a necessidade de registro profissional junto ao MEC e, esse órgão, pela Portaria nº 399, de 28/06/89, baixou regras para processar tais registros. Dessa Portaria, destacamos o prescrito na alínea "a" do inciso XXIV do artigo 1º:

"XXIV - além dos licenciados em Pedagogia, poderão obter o registro de especialista em Educação:

a) os mestres e doutores em Educação, formados por curso com área de concentração nas respectivas especialidades previstas na Resolução nº 02/69 - CFE".

A Interessada comprova haver obtido o título de mestre pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, razão pela qual este Colegiado pode, em caráter excepcional, autorizá-la ao exercício de Direção junto à escola em questão.

2.2.2 Decisão sobre o período em que a interessada exerceu a função de Diretor de Escola, sem a devida autorização.

PROCESSO CEE Nº 58/89

PARECER CEE Nº 1072/92

Neste caso, há necessidade de convalidação, uma vez que os atos administrativos foram praticados por profissional não habilitado.

3 - CONCLUSÃO

À vista do exposto:

3.1 convalidam-se os atos administrativos praticados por Lucília Bechara Sanches durante o período de 01/01/90 a 09/06/91, junto à Escola Experimental "Vera Cruz";

3.2 enquanto providencia o seu registro junto ao MEC, autoriza-se, até 31/12/92 e em caráter excepcional, que a prof^a Lucília Bechara Sanches exerça a função de direção junto à Escola Experimental/"Vera Cruz", 13^a DE - DRECAP-3.

São Paulo, 08 de julho de 1992.

a) Cons^o JORGE NAGLE
Relator

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Elba Siqueira de Sá Barreto, Jorge Nagle, Maria Eloísa Martins Costa, Domingas do Carmo Rodrigues Primiano.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 29 de julho de 1992.

a) Cons. Aparecido Leme Colacino
Vice-Presidente da CEPG

PROCESSO CEE Nº 58/89

PARECER CEE Nº 1072/92

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de setembro de 1992.

**a) CONS. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
PRESIDENTE**